

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 9 n. 1 abril 1981

*Conselho
internacional
de arquivos*

*Relatório
e prestação de
contas da AAB*

70370 Clas. PER
Arquivo & Administração
n. 1
/abr. 1981

00

R-40340

Eis que de repente, terminamos o mandato. Foram dois anos de muita luta, ideal e força de vontade, mas, felizmente, valiosos passos foram dados na longa e às vezes áspera caminhada.

Esperávamos mais, mas em todas as trilhas existem obstáculos. Alguns conseguimos transpor, outros ficaram no caminho que será traçado por nossos sucessores.

O 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, com cerca de 700 participantes, foi o ponto alto de 1979. Inscreveram-se inúmeros arquivistas e profissionais da área de Documentação e Informação e participaram representantes de arquivos de todos os Estados, inclusive um Território. O êxito do evento foi o resultado da dedicação de um grupo à tarefa constante e meticulosa da programação em seus mínimos detalhes.

Outro excelente trabalho foi a publicação dos Anais dos 1º e 3º Congressos de Arquivologia. A seus realizadores, os aplausos e agradecimento. Também já podemos anunciar a conclusão da primeira fase dos Anais do 4º CBA.

Com o DASP demos um passo à frente para a conquista definitiva da criação dos cargos de arquivista e de técnico de Arquivo no Serviço Público Federal. Dependemos apenas do Plano de Classificação de Cargos que ainda está em estudos na Fundação Getúlio Vargas.

Quanto à criação dos Conselhos Nacional e Regionais de Arquivologia, já elaboramos o anteprojeto de lei, restando apenas o pronunciamento do Ministério do Trabalho para ser encaminhado ao Congresso.

Os cursos que realizamos despertaram o mais vivo interesse e assim pudemos dar continuidade à missão de pugnar sempre pelo aperfeiçoamento do profissional de arquivos, cumprindo com fidelidade os princípios regimentais da AAB.

Técnicos estrangeiros aqui vieram e nos deixaram experiências valiosas de países que há mais tempo se dedicam às lides arquivísticas.

As universidades continuam a formar arquivistas e o Governo do Estado do Rio de Janeiro já se prepara para implantar o ensino profissionalizante com cursos para formação de técnicos de arquivo. Conseguimos, ainda, motivar o Conselho Estadual de Educação que, por intermédio da Câmara de Ensino de 2º Grau, concordou com a inclusão nos programas dos colégios oficiais da habilitação de técnico de arquivo.

Assim, breve os arquivos poderão ter em seus quadros de pessoal dirigentes formados com auxiliares aptos à execução das tarefas arquivísticas, luta árdua que a AAB trava desde a sua criação em 20 de outubro de 1971.

Essa foi a missão que recebemos, demos continuidade e entregaremos a nossos sucessores que, este ano, terão também a alegria dos festejos do primeiro decênio da AAB.

Dez longos e trabalhosos anos já se passaram. Felizmente sentimos que problemas que antes pareciam um sonho tornaram-se realidade, graças aos esforços conjuntos de todo um grupo coeso de idealistas que vem aumentando dia a dia.

Com essa mensagem esperamos que em todo o Brasil, de Norte a Sul, onde houver um arquivo e um profissional entusiasmado e dedicado, em 1981 se prepare uma programação comemorativa e ponha nela todo amor e incentivo.

Vamos portanto festejar, e aqui vão sugestões como seminários, reuniões, exposições de documentos, programas de rádio e TV ou cartazes alusivos à data.

Para 1982 já está programado o 5º CBA, na semana de 17 a 22 de outubro. O tema geral escolhido enfoca "Os Arquivos na realidade brasileira".

Finalizando, agradecemos a todos os membros da diretoria. Ao vice-presidente, às primeira e segunda secretárias, Maria Amélia Gomes Leite e Maria de Fátima Vieira Lopes, sempre atentas aos seus trabalhos; às primeira e segunda tesoureiras, Norma Viegas de Barros e Aurora Ferraz Frazão, que acompanhadas do contador, Almir Machado, mantiveram em dia os trabalhos financeiros; ao Conselho Deliberativo sob a presidência do prof. José Pedro Esposel e ao Conselho Fiscal; ao pessoal da Secretaria, Laura de Oliveira Guedes e Laerte da Costa Moraes, comandados por Clotilde Marques; a Maria de Lourdes da Costa e Souza que, com sua experiência, orientou os trabalhos técnicos junto às instituições que nos procuraram; ao grupo que produz a revista sob o comando de Marilena Leite Paes; à amiga conselheira Helena Corrêa Machado que com serenidade sempre nos atende nas horas difíceis; aos responsáveis pelos Núcleos que, em seus Estados, divulgam as lides da AAB; ao Arquivo Nacional e à Fundação Getúlio Vargas que nos atendem e acolhem em suas dependências. Muitos são os amigos. A todos o nosso abraço.

A nova diretoria que chega sob o comando da arquivista Lia Temporal Malcher, os nossos votos de felicidade, sucesso em seus trabalhos e a promessa de estarmos presentes em todas as ocasiões em que formos convocados, dando muito da experiência adquirida nos dois anos em que dirigimos a Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Regina Alves Vieira

Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de Espanha Santos
Maria Luíza S. Dannemann

Redatora-Chefe

Marilena Leite Paes

Secretária

Maria Amélia Gomes Leite

Editoração

Edições Achiamé Ltda.
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6
Tel.: 222-0222
Rio de Janeiro - RJ

Composição

Linolivro S/C Composições Gráficas

Impressão

Ebano Gráfica e Editora Ltda.

Editorial 1

Estudos

Proposta de classificação de
arquivos curiais 3

CPDOC — Fontes primárias
condicionam formato
institucional 4

Resenha bibliográfica

Bibliografia da história da
Igreja no Brasil, referente às
obras editadas em 1978 8

Entrevista

Homenagem a Almirante 9

Desburocratização

Os caminhos da desburocratização 11

Várias

Curso de graduação
em arquivologia da
Universidade Federal Fluminense 12
Ajuda externa 15

Conselho Internacional
de Arquivos 16

Informe 18

Relatório e prestação de contas
da AAB 34

Crônica

O espaço profissional do
arquivista 40

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Diretoria 1979-81

Presidente

Regina Alves Vieira

Vice-Presidente

Rômulo Brügger Roland

1º Secretário

Maria Amélia Gomes Leite

2º Secretário

Maria de Fátima Vieira Lopes

1º Tesoureiro

Norma Viegas de Barros

2º Tesoureiro

Aurora Ferraz Frazão

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro

Gilda Nunes Pinto

Helena Corrêa Machado

José Pedro Pinto Esposel

Maria Luíza S. Dannemann

Marilena Leite Paes

Myrthes da Silva Ferreira

Raul do Rego Lima

Wilma Schaefer Corrêa

Suplentes

Hélio dos Santos

Jaime Antunes da Silva

Janine Resnikoff Diamante

Maria Amélia Porto Migueis

Martha Maria Gonçalves

Maura Esândola Quinhões

Conselho Fiscal

Arnaldo Barbosa Cruz

Fernando Salinas

Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira

de Almeida

Marilúcia Ribeiro da Silva

Os artigos assinados são
de inteira responsabilidade dos
respectivos autores e não
expressam necessariamente
o pensamento da Associação
dos Arquivistas Brasileiros ou
dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja
observada a ética autoral que
determina a indicação
da fonte.

Correspondência para
Arquivo & Administração
Praia de Botafogo, 186, sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 551-0748

Preços de assinaturas
Sócios da AAB distribuição gratuita
Não-Sócios Cr\$ 120,00
Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 50,00

Distribuição: AAB
Desejamos permuta
Nous desirons échange
We are interest in exchange

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 28 cm quadrimestral.
Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.
1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 9	n. 1	p. 1-40	jan./abr. 1981
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

Proposta de Classificação de Arquivos Curiais*

Jamil Abib**

1. Introdução; 2. Esquema de Classificação

Resumo

O Centro de Pesquisas e Estudos para a História da Igreja no Brasil — CEPEHIB — interessando-se por ter um cadastro de referência dos arquivos da Igreja, inicialmente do Estado de São Paulo, propõe a ordenação dos arquivos das cúrias diocesanas, por meio da organização rápida e simples do material existente, conforme critérios de origem, natureza e cronologia dos documentos. Oferece também, assessoria, inclusive por correspondência.

1. Introdução

A planificação e o desenvolvimento do trabalho administrativo e pastoral dependem da informação que, por sua vez, provém da documentação. Os arquivos entendidos como meros receptores de documentos, são reduzidos, erroneamente, a órgãos passivos.

Ainda que a arquivística esteja em fase de consolidação de conceitos e práticas, já se impõe como ciência, a serviço da informação. O arquivo, hoje, é instrumental de planejamento e subsídio indispensável na preservação da identidade das instituições e da sociedade.

* Compilado do *Boletim do CEPEHIB*, São Paulo, 1(1):9-11, jan. 1979.

** Pároco da Matriz de Rio Claro (SP). Um dos fundadores do CEPEHIB.

Comumente, os arquivos curiais se ressentem de uma ordenação que obedece a um critério objetivo e uniforme para todos os documentos, dificultando a sua utilização e que leva em conta, apenas, sua função "cartorial", preocupando-se quase só, com os registros paroquiais de batismo, casamentos e óbitos, mercê de sua utilidade para as constantes certidões.

A perplexidade diante da arrumação não provém, tanto, da falta de agentes para o trabalho ou da quantidade do acervo, como, sobretudo, da falta de orientação perante um material tão complexo.

As diversas disposições do Concílio Plenário Brasileiro, do Concílio Latino-Americano, Código de Direito Canônico, das Pastorais Coletivas de 1911 e 1915, insistem na guarda e segurança dos documentos, abstendo-se, porém, de determinar normas objetivas para a sua ordenação.

A médio e longo prazos, o volume do acervo acumulado passa a ser um estorvo, pela impossibilidade de avaliar o que foi recolhido, mantendo-o sob controle, bem como, pela dificuldade de usá-lo, dinamicamente, como fonte de informações. Como agravante, os critérios subjetivos de arrumação não conseguem continuidade na sucessão dos responsáveis pelo seu gerenciamento. Aos poucos, o arquivo torna-se um depósito de material precioso, mas, incapaz de atingir os seus verdadeiros objetivos.

Despretenciosamente, o CEPEHIB propõe um esquema de classificação para o arranjo, proporcionando condições para a elaboração de inventários, fichamentos e catalogação.

nando condições para a elaboração de inventários, fichamentos e catalogação.

2. Esquema de Classificação

1.ª Seção — Da Câmara Eclesiástica

1. *Livros*: Protocolo; Tombo Diocesano; Registro de Inventário e Patrimônios; Registro de Cartas Pastorais; Registro de Termos de Visitas Pastorais; Registro de Ordens, Avisos, Circulares, Decretos e Mandamentos; Registro de Padres e Religiosos; Registro de Ordenações; Registro de Paróquias (Criações); outros.

2. *Processos*: Constituição de Capelas, Paróquias e Patrimônios; Ordenandos (Genere, Vita et Morigibus, Patrimonio); Aprovação de Estatutos; Benefícios, Provitamento e Dignidades (pleiteamento, concursos e colações); Disciplina dos Sacramentos (matrimônios, etc.); Disciplina Eclesiástica.

3. *Avulsos*: Bulário (documentos pontifícios); Nunciatura Apostólica (correspondência e documentos); Títulos Patrimoniais; Requerimentos Paroquiais; Correspondência (ativa e passiva); Cartas (dimissórias, comendatícias); Provisões; Estatísticas — Relatórios Quinquenais.

2.ª Seção — Dos Ordinários (Bispos, Vigários Gerais e Capitulares)

1. *Livros*: Anotações Pessoais; Escritos (diversos).

2. *Avulsos*: Correspondência (ativa e passiva); Documentos Pessoais.

3.ª Seção — Das Comarcas Eclesiásticas (Vigarrarias da Vara e Foranias)

1. *Livros*.
2. *Processos*.
3. *Avulsos*.

4.ª Seção — Das Paróquias, Curatos e Capelas

1. *Livros*: Registro de Batizados; Registro de Óbitos; Registro de Casamentos; Registro de Crismas; Registro de Inventários e Patrimônios; Tombos (Registro de Ordens e Termos de Visitas); Caixa; Conselhos Pastorais; Comissões e Obras.

2. *Processos*: Matrimoniais.

3. *Avulsos*: Correspondência (ativa e passiva); Provisões.

5.ª Seção — Das Irmandades e Associações

1. *Livros*: Atas (Sessões e Assembleias); Caixa; Registro de Irmãos e Associados; Registro de Patrimônios.

2. *Avulsos*: Estatutos; Correspondência (ativa e passiva); Provisões; Impressos (programas e diversos).

6.ª Seção — Dos Impressos Diocesanos (periódicos e publicações diversas)

Anuários, Poliantéas, Álbums, Boletins, Relatórios, Planos de Pastoral.

7.ª Seção — Da Iconografia
Fotos, etc.

8.ª Seção — Biblioteca de Apoio

Anuários, Boletins, Biografias, Obras de Referência, etc.

Outras Seções: Música, Rituais, etc.

Abstract

In order to build a reference register of Church archives, beginning with the State of São Paulo, the Center of Studies and Research on the History of the Church in Brazil proposes the ordering of archives of diocesan curiae through a simple, quick classification of existing material according to criteria such as origin, nature and time. Advice is offered as well, including by correspondence.

CPDOC - Fontes Primárias Condicionam Formato Institucional*

Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco**
Célia Camargo de Simone***

1. Introdução; 2. Formato Institucional; 3. Conclusão.

Resumo

As instituições depositárias de documentos históricos, lidam basicamente com as formas de registro próprias da época em que foram produzidos. Em outros termos, trabalham com veículos ou instrumentos de informação existentes naquele momento. A partir do instante em que se considera um registro documental como a retenção deliberada de uma informação, torna-se inevitável admitir que o trabalho em documentação só pode ser plenamente desenvolvido se baseado nesse binômio: documentação/informação.

* Trabalho apresentado ao IV Congresso Brasileiro de Arquivologia, Segunda Sessão Plenária, realizado no Rio de Janeiro, de 14 a 19 de outubro de 1979.

** Chefe do CPDOC.

*** Coordenadora do Setor de Documentação do CPDOC.

Nesse sentido, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC — implanta atualmente um novo formato, que inclui a própria concepção do trabalho em documentação e pesquisa em ciências sociais. A intenção é corresponder aos movimentos descritos e enquadrar-se na dinâmica da informação em nossos dias, não excluindo a própria reflexão sobre essa dinâmica.

1. Introdução

A Associação dos Arquivistas Brasileiros, como entidade de classe, tem sido um dos veículos mais ágeis e persistentes (veja-se a regulamentação da profissão de arquivista e de técnico de arquivo como uma de suas grandes vitórias), no sentido de conscientizar os profissionais da área para os problemas relativos à documentação, no país, e de levar propostas concretas de soluções aos poderes e instâncias competentes para torná-las aplicáveis e adequadas à realidade brasileira.

As idéias que apresentamos hoje, neste plenário, além da intenção de explicitar a adesão a essas batalhas da AAB, visam trazer para discussão e reflexão alguns temas que constituem preocupações ou dificuldades que julgamos básicas como subsídio para a definição e instalação de diretrizes e de uma política adequada e viável para os arquivos, no Brasil.

Com a elaboração do Programa Nacional de Cultura, em 1975, o governo brasileiro evidenciou uma forte preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, especialmente com os documentos históricos. Com a recente campanha, realizada através do Arquivo Nacional, no sentido de solicitar seu encaminhamento aos arquivos existentes nas cidades onde forem encontrados, a proposta de recuperação de nossa memória assumiu caráter de compromisso público.

Tal compromisso, no entanto, não pode ser compreendido como uma simples proposta de